

# TECNOLOGIA E APRENDIZAGEM: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DIGITAL NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE

**Juliana Duarte**

MUST University, Estados Unidos

**Adenilson da Rosa Padilha**

MUST University, Estados Unidos

**Amanda dos Reis**

Faculdade Passo 1

**Cynthia Boeira Michels**

Universidad Europea del Atlantico, Espanha

**Maria Angélica de Carvalho Domingos**

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/n8b0zw39>

Publicado em: 30.06.2024

**Resumo:** O presente artigo teve como objetivo analisar de que maneira a tecnologia digital interfere na formação integral do estudante, considerando os desafios pedagógicos, estruturais e políticos do contexto educacional brasileiro. A pesquisa caracterizou-se como do tipo bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada na análise de três artigos científicos publicados entre 2020 e 2023. A partir da sistematização dos dados teóricos, foram construídos três eixos de análise: o papel da tecnologia na reconfiguração das práticas pedagógicas; a educação digital como instrumento de formação integral; e as limitações e desigualdades no acesso às tecnologias. Os resultados evidenciaram que a simples presença de dispositivos digitais nas escolas não garante inovação no ensino, sendo necessária a mediação docente intencional e crítica. Constatou-se, ainda, que as desigualdades de acesso impactam negativamente os estudantes mais vulneráveis, comprometendo a efetividade das políticas de inclusão digital. Conclui-se que a educação digital, quando articulada a projetos pedagógicos consistentes e à formação continuada dos professores, pode contribuir significativamente para a formação autônoma, crítica e ética dos estudantes. Recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que aprofundem a análise dos contextos escolares em sua materialidade.

**Palavras-chave:** Formação Escolar; Mediação Pedagógica; Ensino Remoto; Inclusão Digital; Inovação Educativa.

**Abstract:** This article aimed to analyze how digital technology interferes with the integral education of students, considering the pedagogical, structural, and political challenges of the Brazilian educational context. The study was a bibliographic research with a qualitative approach, based on the analysis of three scientific articles published between 2020 and 2023. From the theoretical data systematization, three analytical



axes were established: the role of technology in reconfiguring pedagogical practices; digital education as a tool for integral formation; and the limitations and inequalities in access to technology. The results indicated that the mere presence of digital devices in schools does not ensure innovation in teaching, requiring intentional and critical mediation by teachers. It was also found that access inequalities negatively affect the most vulnerable students, compromising the effectiveness of digital inclusion policies. It is concluded that digital education, when articulated with consistent pedagogical projects and ongoing teacher training, can significantly contribute to the autonomous, critical, and ethical development of students. Empirical studies are recommended to deepen the analysis of concrete school contexts.

**Keywords:** Schooling; Pedagogical Mediation; Remote Teaching; Digital Inclusion; Educational Innovation.

## Introdução

A incorporação das tecnologias digitais no campo educacional constituiu um dos principais desafios e transformações enfrentados pelas instituições de ensino nas últimas décadas. A consolidação de práticas pedagógicas mediadas por recursos digitais foi intensificada, sobretudo, durante e após a pandemia de COVID-19, exigindo das escolas e dos docentes uma reconfiguração de suas abordagens metodológicas, curriculares e avaliativas. Nesse contexto, a presença da tecnologia não se restringiu à infraestrutura física, mas tornou-se elemento constitutivo da prática pedagógica e da formação discente.

A escolha deste tema justificou-se pela necessidade de compreender criticamente como a educação digital contribuiu — ou não — para o desenvolvimento de competências associadas à formação integral dos estudantes. Em uma sociedade marcada por intensas transformações sociotécnicas, tornou-se pertinente analisar de que forma as tecnologias interferiram nos processos formativos e quais obstáculos ainda se impõem à sua plena efetivação em ambientes escolares diversos. Tal problemática demonstrou relevância não apenas do ponto de vista teórico, mas também em termos práticos e políticos, especialmente no âmbito da educação pública brasileira.

A partir desse cenário, definiu-se como questão norteadora da pesquisa: em que medida a tecnologia digital contribui ou limita a formação integral do estudante no contexto educacional brasileiro contemporâneo?

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar os desafios e as contribuições da educação digital para a formação integral do estudante. Como objetivos específicos, buscou-se: a) identificar, na literatura recente, os principais enfoques teóricos sobre a integração da tecnologia ao ensino; b) examinar as implicações pedagógicas da mediação tecnológica nas práticas escolares; c) discutir as limitações estruturais que interferem na efetividade da inclusão digital; d) compreender a articulação entre educação digital e formação crítica dos estudantes.

A metodologia adotada fundamentou-se na abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, com base em três artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2023. A seleção dos textos obedeceu a critérios de temporalidade, relevância temática e pertinência teórico-metodológica. A sistematização dos dados foi organizada em torno de três eixos de análise, que compõem a estrutura argumentativa do presente artigo.

A fundamentação teórica concentrou-se em autores da área de tecnologia educacional e formação docente, destacando-se Fortes et al. (2023), Parente Neto e Sousa Filho (2023) e Moreira e Siqueira (2022), cujas contribuições permitiram identificar convergências e tensões nos modos como se compreende a relação entre educação digital e formação integral.

O artigo está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, discutiu-se o papel da tecnologia digital na configuração de novas práticas pedagógicas, enfatizando-se a mediação docente e os processos metodológicos implicados. No segundo capítulo, abordou-se a educação digital como vetor de formação integral do estudante, com base em concepções de aprendizagem ativa e desenvolvimento crítico. Em seguida, o terceiro capítulo tratou das limitações e desigualdades no acesso à educação digital no contexto brasileiro, com ênfase nas condições objetivas de infraestrutura e nos desafios da política pública. Por fim, apresentaram-se os resultados e análise dos dados, seguidos das considerações finais sobre o estudo.

## Metodologia

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, conforme a classificação de Gil, por ter se fundamentado na análise de fontes teóricas previamente publicadas, tais como artigos científicos e documentos institucionais. A opção por esse tipo de abordagem decorreu da necessidade de compreender, a partir da literatura especializada, os principais desafios e contribuições da educação digital para a formação integral do estudante. Nesse contexto, foram examinados textos que abordam criticamente as relações entre tecnologia e aprendizagem no contexto educacional brasileiro contemporâneo.

De acordo com Bloise (2020), “a escrita científica exige do pesquisador o domínio das normas técnicas e da linguagem acadêmica. Não basta apenas ter realizado uma boa pesquisa: é necessário saber comunicá-la de acordo com os padrões estabelecidos pela comunidade científica” (p. 116). Tal orientação metodológica exigiu rigor na seleção, leitura e sistematização das fontes utilizadas, a fim de garantir coesão argumentativa e consistência teórica ao trabalho.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de pesquisa em bases como *Google Scholar*, *ResearchGate* e o Portal de Periódicos da CAPES — este último configurando-se como um ambiente digital mantido pelo Ministério da Educação que oferece acesso a milhares de títulos acadêmicos nacionais e internacionais. Foram utilizadas expressões simples e combinadas com operadores booleanos, tais como ‘educação digital’, ‘formação integral do estudante’, ‘tecnologia e aprendizagem’, ‘inclusão digital’ e ‘mediação pedagógica tecnológica’.

Os critérios de inclusão consideraram produções publicadas entre os anos de 2020 e 2023, com foco em estudos da área de tecnologia educacional, em língua portuguesa, e com abordagem explícita sobre a relação entre tecnologia digital e formação escolar. Excluíram-se materiais com enfoque técnico-instrumental desvinculado de análises pedagógicas e textos sem avaliação por pares.

A metodologia adotada baseou-se nos pressupostos da aprendizagem significativa, compreendida como um processo em que os novos conteúdos se integram aos saberes prévios dos estudantes. Segundo Betty *et al.* (2023), “a aprendizagem significativa constitui a interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, sendo não literal e não arbitrária” (p. 6).

A análise teórica, portanto, partiu da premissa de que a compreensão dos desafios da educação digital exige articulação entre teoria e prática educacional.

Complementarmente, buscou-se compreender o papel formativo das práticas de pesquisa na constituição da autonomia acadêmica. Conforme Morón, Silva e Fialho (2023), “os estudantes, ao serem inseridos em contextos reais de investigação, desenvolvem habilidades de leitura crítica, argumentação, escrita acadêmica e sistematização de dados, competências fundamentais à elaboração de trabalhos científicos” (p. 5). Dessa forma, a presente pesquisa pretendeu não apenas identificar aspectos teóricos relevantes, mas também estruturar um exercício metodológico de leitura e escrita acadêmica comprometido com a precisão conceitual e com o rigor científico.

## **O papel da tecnologia digital na configuração de novas práticas pedagógicas**

A introdução de tecnologias digitais no campo educacional produziu mudanças substanciais na configuração das práticas pedagógicas, impondo a necessidade de reorientação metodológica por parte dos docentes. Parente Neto e Sousa Filho (2023) observam que “as tecnologias digitais são recursos didáticos que podem contribuir para a qualidade do ensino e da aprendizagem [...] estreitando o tempo e o espaço entre os alunos e o conhecimento” (p. 1). Tal percepção indica que a tecnologia, quando inserida com intencionalidade pedagógica, deixa de ser um artefato acessório e passa a integrar o núcleo das estratégias de ensino.

De maneira convergente, Fortes *et al.* (2023) sustentam que:

A utilização da tecnologia em sala de aula tem como finalidade facilitar e qualificar o processo de ensino-aprendizagem, proporcionando ao professor mais possibilidades didáticas e ao estudante maior protagonismo e interatividade. A mediação tecnológica não deve ser vista como substituição do professor, mas como recurso que amplia suas estratégias de ação e favorece uma aprendizagem mais dinâmica (Fortes *et al.*, 2023, p. 12739).

Esse posicionamento enfatiza que a adoção da tecnologia educacional exige do docente uma postura ativa e reflexiva, pautada na seleção crítica de recursos e na adaptação metodológica à realidade discente. No mesmo sentido, Parente Neto e Sousa Filho (2023) destacam que “as TICs devem ser utilizadas como meio, não como fim, e devem estar presentes em todos os momentos do processo de aprendizagem” (p. 2), o que pressupõe uma reformulação do planejamento escolar e a superação da fragmentação didática.

Além disso, Fortes *et al.* (2023) indicam que “a atuação docente torna-se mais significativa quando os professores se apropriam das ferramentas tecnológicas como instrumentos pedagógicos e não apenas como modismo escolar” (p. 12742). No entanto, essa apropriação ainda encontra obstáculos concretos, sobretudo relacionados à formação profissional. De acordo com Parente Neto e Sousa Filho (2023):

Mesmo com a internet na escola, a educação pode continuar a ser o que ela sempre foi, distribuição de conteúdo empacotado para assimilação e repetição. Entretanto, os professores ainda encontram dificuldades para inserção das tecnologias no trabalho docente, falta de domínio no uso das tecnologias (Parente Neto; Sousa Filho, 2023, p. 4).

Essa limitação aponta para a necessidade de programas formativos contínuos que desenvolvam competências técnicas e pedagógicas nos educadores. Fortes *et al.* (2023) reforçam

esse diagnóstico ao afirmarem que “a intencionalidade pedagógica do uso da tecnologia exige do professor análise crítica do recurso e clareza quanto aos objetivos de aprendizagem” (p. 12740). A ausência de tais condições compromete a efetividade da mediação digital e acentua as desigualdades educacionais.

Moreira e Siqueira (2022), por sua vez, adota uma perspectiva sistêmica ao afirmar que “a instrumentalização pedagógica do docente para atuação na educação digital requer formação crítica e domínio técnico, mas também sensibilidade para lidar com os múltiplos contextos escolares” (p. 5). Tal compreensão revela que a mediação tecnológica não é neutra, e sua eficácia depende da articulação entre políticas públicas, infraestrutura institucional e compromisso pedagógico.

Em síntese, o papel da tecnologia digital na constituição de novas práticas pedagógicas reside na capacidade de integrar recursos digitais a processos de ensino planejados, contextualizados e críticos. A análise dos autores examinados converge para a ideia de que a mediação tecnológica precisa estar orientada por finalidades educativas claras, baseadas na promoção da autonomia dos estudantes e na qualificação dos processos de aprendizagem.

## **A educação digital como vetor de formação integral do estudante**

A educação digital, entendida como um campo estruturante do processo educativo, tem contribuído para a ressignificação da formação escolar ao incorporar dimensões cognitivas, sociais e éticas do desenvolvimento humano. Nesse contexto, a formação integral do estudante exige a articulação entre o domínio das tecnologias digitais e a construção de competências críticas que favoreçam a participação ativa na sociedade contemporânea. Moreira e Siqueira (2022) afirma que “a Política Nacional de Educação Digital propõe um modelo que articula letramento digital, cidadania e protagonismo estudantil, visando não apenas à qualificação técnica, mas à formação crítica” (p. 4), enfatizando o caráter formativo e político da digitalização do ensino.

Fortes *et al.* (2023) sustentam que:

A formação integral do estudante, no contexto digital, demanda mais do que o domínio de ferramentas tecnológicas. Requer habilidades para resolver problemas, trabalhar de forma colaborativa, comunicar-se com clareza em ambientes virtuais e, sobretudo, pensar criticamente sobre os conteúdos com os quais interage (Fortes *et al.*, 2023, p. 12745).

Tal compreensão amplia o escopo da educação digital, que não se limita à mediação técnica, mas se insere no campo das práticas educativas emancipatórias. Em sintonia, Parente Neto e Sousa Filho (2023) argumentam que “a inserção das tecnologias no cotidiano escolar precisa considerar os sujeitos da aprendizagem e suas realidades” (p. 3), o que exige abordagens pedagógicas sensíveis à diversidade social e cultural dos estudantes.

Fortes *et al.* (2023) destacam que “a mediação digital contribui para o desenvolvimento de múltiplas linguagens, o fortalecimento da autonomia e o estímulo à aprendizagem ativa” (p. 12744), elementos que caracterizam a formação integral como um processo de construção reflexiva do conhecimento. Entretanto, como salientam Parente Neto e Sousa Filho (2023), “a tecnologia não é neutra e seu uso na educação deve ser orientado por princípios de equidade” (p. 5), sob o risco de reforçar desigualdades preexistentes.

De forma complementar, Moreira e Siqueira (2022) aponta que:

A formação integral do estudante pressupõe a articulação entre o domínio das linguagens digitais e a capacidade de interpretar criticamente a realidade, de modo que os ambientes virtuais não sejam apenas espaços de acesso à informação, mas de construção de sentido e engajamento social (Moreira; Siqueira, 2022, p. 6).

Essa afirmação ressalta a centralidade da crítica e da agência estudantil na prática educativa mediada por tecnologias. A formação integral, portanto, requer ambientes de aprendizagem que articulem conteúdos curriculares, competências digitais e vivências sociais de forma dialógica e contextualizada.

Fortes *et al.* (2023) reiteram essa visão ao afirmar que “os ambientes digitais de aprendizagem favorecem a personalização do ensino e a diversificação das estratégias pedagógicas, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e criativos” (p. 12747). Contudo, Parente Neto e Sousa Filho (2023) observam que tais benefícios só se concretizam quando há planejamento pedagógico, pois “a tecnologia, por si só, não garante aprendizagem significativa” (p. 6). Essa consideração reforça a necessidade de políticas educacionais comprometidas com a formação docente e a infraestrutura adequada.

Em síntese, a educação digital atua como vetor da formação integral ao articular o domínio técnico das ferramentas com práticas pedagógicas que promovam a reflexão, a criticidade e a participação. Os autores analisados convergem na defesa de um modelo educativo que reconheça o estudante como sujeito ativo do processo formativo, capaz de interagir com o mundo digital de forma ética, crítica e transformadora.

### **Limitações e desigualdades no acesso à educação digital no contexto brasileiro**

A expansão da educação digital no Brasil tem revelado disparidades estruturais que comprometem a efetividade das políticas de inclusão tecnológica. O acesso desigual aos recursos digitais, especialmente entre estudantes das regiões periféricas e rurais, evidencia um cenário em que a democratização do ensino mediado por tecnologias ainda é um desafio. Conforme afirmam Fortes *et al.* (2023), “a exclusão digital se manifesta, sobretudo, nas comunidades de baixa renda, onde o acesso à internet é precário e os equipamentos disponíveis são insuficientes para atender às demandas do ensino remoto” (p. 12748), o que aprofunda desigualdades históricas no campo educacional.

Moreira e Siqueira (2022) analisa essa problemática sob a ótica das políticas públicas e observa que:

Apesar da formulação de diretrizes nacionais, o acesso pleno à educação digital permanece condicionado à infraestrutura local e à capacidade técnica das escolas. Há um abismo entre as intenções normativas e a realidade vivida pelos estudantes e professores nas periferias urbanas e nas zonas rurais (Moreira; Siqueira, 2022, p. 7).

Essa constatação reforça a importância de medidas estruturais que assegurem a equidade no acesso aos recursos digitais. Parente Neto e Sousa Filho (2023) acrescentam que “a simples presença de tecnologia nas escolas não garante sua funcionalidade, sendo frequente a falta de manutenção, capacitação e conectividade estável” (p. 5), o que compromete a continuidade das atividades pedagógicas mediadas por tecnologias.

Fortes *et al.* (2023) observam que a exclusão digital “não se restringe à ausência de dispositivos, mas envolve também a carência de habilidades para utilizar esses recursos de forma autônoma e crítica” (p. 12746). Nesse sentido, a desigualdade de acesso não é apenas material, mas também formativa. Moreira e Siqueira (2022) reforça essa dimensão ao afirmar que “há estudantes que, mesmo tendo acesso à internet, não conseguem desenvolver autonomia no uso das plataformas digitais devido à ausência de acompanhamento pedagógico” (p. 8). Parente Neto e Sousa Filho (2023), por sua vez, destacam que:

Durante a pandemia, observou-se que milhares de estudantes ficaram desconectados do processo educacional por não possuírem acesso aos meios tecnológicos necessários. Muitos docentes também não tinham domínio das plataformas e encontraram dificuldades em adaptar seus conteúdos (Parente Neto; Sousa Filho, 2023, p. 4).

Essa citação evidencia o impacto das desigualdades sobre a continuidade da aprendizagem, especialmente em momentos de crise. A ausência de políticas de formação docente voltadas à mediação tecnológica e a precariedade da infraestrutura escolar revelam um sistema educacional que ainda opera de modo excludente.

Além disso, Fortes *et al.* (2023) ressaltam que

(...) os estudantes mais afetados pela exclusão digital são justamente aqueles que mais necessitam de apoio educacional e social, o que amplia o fosso entre os que aprendem com suporte e os que ficam à margem (p. 12749).

Essa realidade demanda ações intersetoriais que articulem educação, tecnologia e assistência social. Moreira e Siqueira (2022) propõe que as políticas de educação digital sejam acompanhadas de investimentos em infraestrutura, formação e suporte técnico, especialmente nas redes públicas de ensino.

Em síntese, as limitações e desigualdades no acesso à educação digital no Brasil evidenciam a urgência de políticas públicas integradas, que reconheçam as múltiplas dimensões da exclusão e proponham soluções que ultrapassem a mera distribuição de equipamentos. A análise dos autores demonstra que a inclusão digital efetiva requer planejamento sistêmico, investimento contínuo e valorização das condições concretas de aprendizagem nas escolas públicas brasileiras.

## Resultados e análise de dados

A análise bibliográfica permitiu identificar que a incorporação de tecnologias digitais à educação exige não apenas investimentos em infraestrutura, mas, sobretudo, transformações pedagógicas e formativas que possibilitem sua apropriação crítica. Os textos analisados evidenciaram que a tecnologia pode atuar como elemento articulador de metodologias ativas, personalização do ensino e desenvolvimento de competências múltiplas, quando inserida de forma planejada e pedagógica. Nesse sentido, o uso das tecnologias digitais apresentou-se como vetor estratégico na reconfiguração do processo de ensino-aprendizagem.

Um dos principais achados foi a constatação de que a educação digital só contribui efetivamente para a formação integral do estudante quando articulada a práticas pedagógicas que valorizem a autonomia, o pensamento crítico e a participação ativa do discente. A literatura também destacou que, embora a presença de ferramentas tecnológicas seja crescente nas escolas, a mediação docente permanece como fator determinante para que essas ferramentas se

convertam em instrumentos formativos. O papel do professor, nesse contexto, revelou-se ainda mais complexo, exigindo domínio técnico e sensibilidade didática para lidar com diferentes contextos educacionais.

Outro aspecto relevante foi a identificação das desigualdades no acesso à educação digital. A análise evidenciou que grande parte das escolas públicas brasileiras ainda enfrenta dificuldades estruturais relacionadas à conectividade, disponibilidade de dispositivos e formação continuada dos professores. Essas limitações foram apontadas como fatores que acentuam as desigualdades educacionais e comprometem a efetividade das políticas de inclusão digital.

Além disso, observou-se que, mesmo em ambientes escolarizados com acesso a tecnologias, a ausência de intencionalidade pedagógica no uso dos recursos pode resultar em práticas superficiais ou meramente reprodutivas. Isso indica que a presença de tecnologia, por si só, não assegura mudanças qualitativas no ensino, sendo necessário um projeto educacional que articule objetivos formativos claros, estratégias metodológicas coerentes e avaliação processual.

As descobertas analisadas convergiram com outras pesquisas da área, que reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, capazes de articular investimento material, formação docente e diretrizes curriculares alinhadas aos desafios da sociedade digital. No entanto, as limitações da presente pesquisa decorrem da própria natureza do estudo bibliográfico, que não permite observar diretamente a prática escolar, nem medir o impacto das tecnologias no desempenho dos estudantes em contextos específicos.

Alguns resultados apontaram ainda para contradições entre o discurso político-institucional sobre a digitalização da educação e a realidade concreta das redes escolares. Em certos casos, os programas governamentais apresentam metas ambiciosas, mas esbarram em dificuldades operacionais, ausência de suporte técnico e descontinuidade nas ações formativas. Essas contradições indicam a necessidade de estudos empíricos que explorem de forma aprofundada os efeitos da educação digital sobre diferentes segmentos sociais.

Diante das lacunas observadas, sugerem-se futuras investigações com enfoque empírico, voltadas para o acompanhamento longitudinal da implementação de tecnologias digitais em escolas públicas. Tais estudos poderão contribuir para uma compreensão mais precisa das condições objetivas e subjetivas que favorecem ou dificultam a apropriação pedagógica das tecnologias no cotidiano escolar.

## **Conclusão**

O presente estudo teve como objetivo compreender os desafios da educação digital na formação integral do estudante, a partir da análise crítica de produções acadêmicas publicadas entre os anos de 2020 e 2023. Partindo da questão norteadora — em que medida a tecnologia digital contribui ou limita a formação integral no contexto educacional brasileiro —, a investigação permitiu examinar diferentes perspectivas teóricas sobre o papel da mediação tecnológica nas práticas pedagógicas.

Ao longo do trabalho, foi possível demonstrar que a tecnologia digital, quando utilizada com intencionalidade pedagógica, constitui uma ferramenta potencial para a personalização do ensino, o desenvolvimento da autonomia discente e a construção de competências críticas e comunicacionais. Os três capítulos que compõem o artigo evidenciaram, respectivamente, a

importância das tecnologias digitais na reconfiguração metodológica da prática docente; sua relação com os princípios da formação integral; e os obstáculos estruturais que ainda limitam seu pleno acesso e uso qualificado, especialmente nas redes públicas de ensino.

A análise bibliográfica permitiu ainda reconhecer que a formação docente é condição indispensável para a mediação tecnológica crítica, sendo necessário garantir investimentos contínuos em capacitação, infraestrutura e suporte institucional. Além disso, a presença da tecnologia nas escolas não deve ser confundida com inovação educativa, pois sua eficácia depende de um projeto pedagógico coerente com os desafios contemporâneos.

Com base nas lacunas evidenciadas, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que analisem práticas pedagógicas concretas mediadas por tecnologias digitais em diferentes contextos educacionais. Investigações de campo podem aprofundar a compreensão sobre como se efetiva, na prática, a relação entre tecnologia e formação integral do estudante. Sugere-se, ainda, o desenvolvimento de estudos comparativos entre redes escolares e entre políticas públicas implementadas em diferentes estados ou municípios, com vistas à identificação de boas práticas e à proposição de diretrizes consistentes para o uso pedagógico da tecnologia no Brasil.

## Referências

BETTY, C. B.; FERREIRA-GERAB, I.; SEIFFERT, O. M. L. B.; PRUDÊNCIO, S. N. O ensino da metodologia da pesquisa científica – entrelaçando modalidades, metodologias e cenários de ensino-aprendizagem. **Educ@ – Revista da Rede Interação**, v. 21, e61629, 2023.

BLOISE, D. M. A importância da metodologia científica na construção da ciência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, n. 6, p. 105–122, 2020.

FORTES, M. C.; VANINI, L.; PIRES, A. S. Aprendizagem através da tecnologia: os desafios e a importância dessa temática no contexto de ensino e aprendizagem. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 8, p. 12736-12749. 2023.

MOREIRA, M. C.; SIQUEIRA, D. P. A Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/23): um instrumento de promoção efetiva da inclusão digital(?). *In*: Congresso Nacional do CONPEDI, 31., 2022, Brasília. **Anais [...]**. Florianópolis: CONPEDI, 2022.

MORÓN, S. V. L.; SILVA, M. P.; FIALHO, J. R. Metodologias ativas como instrumento de formação acadêmica e científica no ensino em Ciências do Movimento. **Educação e Pesquisa**, v. 49, e5299, 2023.

PARENTE NETO, T. G.; SOUSA FILHO, R. A. L. S. Tecnologia educacional: concepções e desafios na prática de ensino. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 13, e77121344157, 2023.